

A. I. Nº - 017464.0026/01-0
AUTUADO - VELANES COSMÉTICOS LTDA.
AUTUANTE - BELANISIA MARIA AMARAL DOS SANTOS
ORIGEM - INFAZ ILHÉUS
INTERNETE - 16.03.02

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0053-01/02

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. FALTA DE COMUNICAÇÃO DA MUDANÇA DE ENDEREÇO. MULTA. Consta dos autos comunicação da mudança de endereço, antes da autuação. Não houve indeferimento do pedido para justificar a acusação fiscal. Infração insubsistente. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 31/10/01, reclama multa no valor de R\$400,00, em razão de falta de comunicação da mudança de endereço do estabelecimento, na Repartição Fiscal. Contribuinte alterou o endereço antes da liberação dos documentos necessários, alegando a urgência da desocupação do imóvel, em caráter irrevogável por parte do proprietário do mesmo. Comunicou o fato a SEFAZ, em 14/09/01, conforme processo nº 157101/2001-3, comprometendo-se a regularizar a situação. Que até a presente data não há registro de pedido de alteração de endereço. Foi lavrado o Auto de Infração com base no parecer do Inspetor Fazendário.

O autuado, às fls. 15 a 20, apresenta defesa argüindo como preliminares de nulidade o seguinte:

a) que na peça acusatória o próprio autuado reconheceu expressamente que a empresa comunicou a alteração do endereço, omitindo em relação ao pedido de urgência feito pela empresa, conforme requerimento sob nº 157101/2001-3.

Que houve precipitação do autuante, já que as alterações nos órgãos demandam alguns dias, visto serem necessárias diligencias para tanto. Que o procedimento fiscal omitindo o pedido de urgência feito pelo autuado, bem como desconsiderar os requisitos para a alteração no órgão estadual que depende de alteração em outros órgãos, se constitui flagrante desrespeito ao Princípio da Ampla Defesa.

Diz que os atos praticados pelo Fisco enquadram-se no art. 18, II e IV, “b”, do Dec. 7.629/99 e infringem frontalmente o art. 5º, LV, da Constituição Federal.

b) Cita o art. 929 do RICMS/97, alegando que não basta a simples aposição do nome e número de matrícula nos formulários, mas sim, a efetiva apresentação do documento de identidade funcional e, que não se tem notícia nos autos da apresentação do referido documento. Assim, entende caber a decretação da nulidade. Faz citação de trecho de texto do tributarista Hely Lopes Meireles (IN Direito Administrativo Brasileiro, pág. 132, - 12ª Edição – Editora Revista dos Tribunais) que trata de Ato Nulo. Também cita Decisão do STF, Sumulas 346 e 473 que trata de Ato Administrativo Fiscal – Ato Nulo e do CONSEF em razão de irregularidade na lavratura (Resolução nº 2.359/95).

Requer a decretação da nulidade absoluta do Auto de Infração, em face de insanáveis falhas processuais.

No mérito, diz que a lavratura do Auto de Infração se deu em 31/10/01, porém a Comunicação da Alteração de Endereço com pedido de urgência, foi protocolada em 14/09/2001.

A alteração do Contrato Social foi arquivada pela MM Junta Comercial do Estado da Bahia, em 19/10/2001, sob nº 96341349, antes da lavratura da peça acusatória.

Por motivos operacionais, a Receita Federal só emitiu o CNPJ, em 13/11/2001, conforme cópia do referido documento em anexo.

Conclui dizendo que ficou comprovado que a comunicação ao órgão fazendário estadual se deu antes da mudança de endereço e que a empresa autuada ficou impossibilitada de requerer a alteração no Cadastro Estadual, porque as normas administrativas exigem que se junte à mesma, a cópia da Alteração do Contrato Social e do CNPJ, e este último só foi possível obter em 13/11/01.

Transcreve ementa do Conselho de Fazenda sobre inscrição cadastral que julgou pela improcedência através da 4ª JJF nº 1.135/(99).

Conclui requerendo que seja decretada a nulidade do Auto de Infração e, no mérito seja julgado improcedente.

A autuante, às fls. 33 a 35, informa que os argumentos da defesa têm o intuito de inibir a fiscalização e procrastinar o prazo para quitação do ilícito.

Que a autora do Auto de Infração é a Auditora Belanísia Maria Amaral dos Santos, cadastro nº 017464-4, lotada na INFAZ de Ilhéus e não o Auditor Ubaldo Reis Ribeiro, cadastro nº 206935-8, da INFAZ Itabuna, como mencionado à fl. 15. Que o art. 37 caput da CF/88 não tem nada a ver com o ato em lide.

Informa que o citado artigo se refere ao ingresso de servidores públicos e não ao desrespeito ao Princípio de Ampla Defesa.

Que a alegação de nulidade do ato não tem procedência, já que a infração está caracterizada (art. 161, §§ 1º e 2º, do RICMS/97 c/c o art. 38 do RPAF/99).

Quanto a alegação da lavratura do AI em 31/10/01, data posterior a da comunicação da alteração de endereço com pedido de urgência, se deu com base no andamento do processo e informação do Inspetor. Que não procedem as alegações de que a alteração do Contrato Social só foi arquivada na Junta Comercial em 19/10/01, antes da lavratura do AI e, que a Receita Federal só emitiu o CNPJ, em 13/11/01, só comprova que o andamento da documentação foi posterior ao comunicado da Secretaria da Fazenda. Que a justificativa de caráter de urgência em respeito ao direito do proprietário não procede, uma vez que o contribuinte deve estar atento aos prazos de vencimentos e documentos, e atender as determinações do art. 161, § 1º, do RICMS/97.

Mantém a autuação.

VOTO

Inicialmente rejeito as preliminares de nulidades argüidas pelo defendente, haja vista que o procedimento de fiscalização atendeu a todos os requisitos previstos no RPAF/99, não ficando caracterizado o alegado desrespeito ao Princípio da Ampla defesa. Trata-se de Auto de Infração por descumprimento de obrigação acessória, dispensado da lavratura do Termo de Início e do Encerramento de Fiscalização (art. 29, I, “a”, do RPAF/99). Também, em relação à alegação de que o autuante no início dos trabalhos não se identificou, mediante a apresentação de identidade funcional, vale observar que está sobejamente demonstrado nos autos a identificação do Auditor

autuante, além de constar nos autos a Ordem de Serviço para execução de tal roteiro de fiscalização.

Analisando as peças que compõem o presente processo, verifica-se que a autuação decorreu do fato de o sujeito passivo ter comunicado a Repartição Fazendária, em 14/09/2001, através de petição protocolada sob nº157101/2001-3, da necessidade de mudança de endereço por pedido de desocupação do imóvel, em caráter irrevogável por parte do proprietário do mesmo.

Em programação de fiscalização, mediante ordem de serviço nº 513182/01, o autuante foi designado a proceder a fiscalização aplicando penalidade para os casos de não comunicação prévia ao Fisco da mudança de endereço.

Ante aos elementos e informações trazidas ao processo, tenho a esclarecer o que se segue:

A Repartição Fazendária ao protocolar o pedido de mudança de endereço em caráter de urgência, solicitado pelo contribuinte, em 14/09/01, e não ter indeferido o solicitado, confirmou sua espontaneidade em relação a obrigatoriedade prevista quanto a comunicação de mudança de endereço, haja vista que para a infração ficar caracterizada, necessário seria que o contribuinte fosse cientificado de que seu pedido foi indeferido, ou em aceitando sob restrições, ficasse estabelecido prazo para que a formalização do pedido de mudança de endereço atendesse as determinações regulamentares. Desta forma, não tendo sido identificado nos autos nenhum elemento que comprove o não acolhimento da Repartição Fazendária quanto a forma em que foi comunicada a mudança de endereço para justificar a adoção de aplicação de penalidade, improcede a autuação.

Também se verifica nos autos que o impugnante demonstrou haver tomado as providencias necessárias para a solicitação através de DIC – Documento de Informação Cadastral da alteração de endereço junto a Repartição Fazendária, haja vista que providenciou sua regularização junto a JUCEB – Junta Comercial, mediante Alteração Contratual e junto a Receita Federal, conforme comprovante provisório de inscrição no CNPJ, que só ocorreu em 13/11/01. Assim, a comunicação da mudança de endereço ocorreu antes da lavratura do Auto de Infração, mediante solicitação provisória e emergencial do contribuinte que, como disse anteriormente, não foi negada pela autoridade administrativa fazendária.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **017464.0026/01-0**, lavrado contra **VELANES COSMÉTICOS LTDA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de fevereiro de 2002.

CLARICE ANÍZIA MAXIMO MOREIRA – PRESIDENTE-RELATORA

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR

MÔNICA MARIA ROTERS - JULGADORA